

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.935 - SP (2019/0158900-7)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : HORACIO REBELO PIRES**  
**ADVOGADOS : MÁRIO DE PAULA MACHADO - SP076500**  
**SILVIA PAULA MONTEIRO DA COSTA - SP142752**  
**AGRAVADO : RENAN MARCAL DA ROCHA FILHO**  
**ADVOGADOS : GILBERTO FREITAS DA SILVA - SP156174**  
**CÉLIA LOPES DE OLIVEIRA BEZERRA - SP159936**

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO, QUANTO A TAL PONTO, COM BASE EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 1.030, INCISO I, "B", DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015). NÃO CABIMENTO DO AGRAVO. ALEGADA NULIDADE POR FALTA DE INTIMAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por HORACIO REBELO PIRES em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim resumido:

*Embargos de terceiro - prestação de serviços advocatícios - nulidade processual - inexistência - procurador do apelante que sempre esteve ciente das decisões proferidas nos autos - nulidade afastada também pela desnecessidade de demais provas para apreciação do mérito - compra de imóvel penhorado - caracterizada a má-fé do adquirente como um dos requisitos previstos na súmula 375 do STJ - fraude à execução - decisão mantida - apelação não provida (e-STJ fl. 267).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 281/284).

Nas razões do especial, o recorrente, além de apontar dissídio jurisprudencial, alegou que houve ofensa ao art. 236, § 1º, do Código de Processo Civil, porque o advogado da parte não fora intimado, uma vez que a intimação estava sendo realizada em nome do antigo procurador, que falecera.

Asseverou que "a realização de intimações em nome do advogado falecido e a não inclusão do novo procurador do recorrente na contracapa dos autos e no sistema do Tribunal de Justiça, impingiu o feito de nulidade absoluta de todos os atos processuais desde a intimação do recorrente para falar sobre a impugnação do recorrido" (e-STJ fl. 289).

Argumentou que tal fato acarretou ofensa ao princípio do contraditório e que não lhe foi oportunizada a produção de provas.

Quanto ao mérito, sustentou que os arts. 593 e 659 do Código de Processo Civil foram infringidos, pois a alienação ou oneração dos bens não seriam suficientes para o reconhecimento da fraude à execução. Outrossim, ponderou que o reconhecimento da má-fé do terceiro adquirente dependeria do registro da penhora do bem, o que não teria ocorrido na espécie, de modo que não haveria de se falar em fraude à execução.

Mencionou a Súmula 375/STJ para defender a sua tese.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 335/342).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 344/346), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 349/361 (e-STJ).

Impugnação às fls. 378/384 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irresignação não merece prosperar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, no tocante às alegações relativas à fraude à execução, mostra-se descabido o presente agravo, pois, quanto a tal ponto, houve negativa de seguimento ao recurso especial, com base em recurso julgado como representativo de controvérsia (Tema 243/STJ), sendo certo que o recurso cabível em tal caso é o agravo interno, como dispõe o § 2.º do art. 1.030 do CPC/2015, não o agravo em recurso especial.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.*

*1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.*

*2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.*

*[...]*

*4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários*

*advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.*

**(AREsp 959.991/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 26/08/2016, grifo nosso).**

No que tange à sugerida nulidade por falta de intimação, o Tribunal *a quo*, soberano na análise dos elementos informativos do feito, assinalou:

*Apesar do falecimento do procurador inicialmente constituído pelo apelante em 27.2.2013, o advogado Mario de Paula Machado atua no feito desde 24.2.2013, sempre ciente das decisões nele proferidas, vindo a noticiar a morte do outro procurador apenas depois de proferida a sentença.*

*Depois, os elementos constantes dos autos permitem o julgamento do feito desde a impugnação oferecida pelo embargado, o que afasta a alegada nulidade (e-STJ fl. 268).*

Nesse contexto, para afastar as premissas firmadas pela Corte de origem - de que o atual advogado da parte sempre esteve ciente das decisões proferidas no processo e de que desde os dados constantes dos autos evidenciam a possibilidade do julgamento do feito desde a impugnação oferecida pelo embargado, o que afastaria a nulidade apontada -, seria indispensável revolver o conteúdo fático-probatório da ação, procedimento vedado em sede especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.

**Ante o exposto, conheço em parte do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados na sentença em 10% (dez por cento), ressaltando o benefício da assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator

